

OBSERVARE 2nd International Conference

2 - 3 July, 2014

II Congresso Internacional do OBSERVARE

2 - 3 Julho, 2014



Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>



A Guerra Não é Barata

Luís Alves de Fraga¹

Introdução

Portugal, pelo menos, desde o final do século XIV, em poucos conflitos armados de grande envergadura internacional se viu chamado a intervir. As guerras onde se envolveu quase sempre se limitaram a escaramuças fronteiriças contra a Espanha ou a combates de pequena escala nas possessões no Oriente, no Brasil ou no continente africano. As grandes excepções ocorreram aquando das Invasões Francesas, no início do século XIX, e, já no século XX, com a participação na Grande Guerra.

Sem o desejo de estabelecer uma generalização excessiva e, por isso, capaz de induzir em erro, pode afirmar-se, fruto da geopolítica e da política de alianças praticada, manter um poderoso exército não constituiu o objectivo da governação monárquica até ao começo do século XX. Com o advento da República, fruto de uma política que se desejava de integração ou, no mínimo, de aproximação às problemáticas europeias, projectou-se, no começo do novo regime, um Exército capaz de, à semelhança do suíço, mobilizar grande massa de combatentes e assumir a defesa do território, onde ela fosse necessária (Fraga, 2010, 103-124) (Fraga; Samara, 2014, 93-115). Em nossa opinião, não devemos interpretar como um mero desejo de dar maior atenção à defesa nacional, mas, antes, como um sinal de se pretender passar a integrar Portugal nas grandes problemáticas da Europa de modo a não o deixar isolado na Península Ibérica e periférico à geopolítica europeia. Era uma tentativa de aproximar Portugal dos grandes centros de decisão do mundo da época, a qual se veio a consumir na participação na Grande Guerra, ainda que sem a capacidade de autonomia financeira e material que pressupunha a prática de uma política dessa envergadura (Fraga, 2012, 347-359). Em 1926, a 28 de Maio, deu-se o retorno à política e à estratégia que marcaram os anos da Monarquia: total desinvestimento nas Forças Armadas, que ganharam uma feição de força repressora interna e de simbólico pilar da estrutura de defesa da soberania no plano externo. A eclosão da 2.^a Guerra Mundial fez acordar a necessidade de dotar as Forças Armadas de capacidades superiores às que possuíam, mas muito inferiores às dos contendores envolvidos no conflito. A economia nacional, pouco mais evoluída do

¹ Professor da Universidade Autónoma de Lisboa.

que o nível da mera subsistência, não permitia ir muito mais além no equipamento e manutenção de umas Forças Armadas exíguas e ineficazes. O ponto de viragem neste panorama de constante ineficiência surgiu só no final da guerra, no ano de 1948, quando Portugal foi convidado a fazer parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), muito embora não fosse, na realidade, um Estado democrático. Todavia, em consequência da sua geografia, determinante de uma estratégia de contenção do poderio soviético nascente, não podia deixar de integrar o novo pacto militar. Armamento moderno, material tecnologicamente actualizado cedido pelos Estados Unidos da América (EUA) e novas doutrinas bélicas vieram tornar muito mais eficaz o aparelho militar português.

Mas o pós-guerra, passado a ser conduzido, no plano estratégico, pelos EUA, transportou no seu seio uma outra novidade, que era fruto de uma visão geoestratégica do mundo feita por um Estado soberano nascido de uma antiga colónia europeia e em grande ascensão económica: a descolonização, como forma de garantir o apoio à Europa destroçada pelo conflito bélico recentemente acabado. Esta descolonização, correspondendo à ascensão dos EUA ao nível de potência mundial, oferecia a Washington a possibilidade de se ressarcir dos gastos em vidas, material e finanças que o envolvimento na 2.^a Guerra Mundial lhe havia imposto. Ora, Portugal, tinha, há muito, delineado a sua própria geoestratégia de sobrevivência na Península, na Europa e no mundo (Fraga, 1992 e 2009) a qual, a traços largos, se pode sintetizar do modo seguinte: no século XIX, neutralidade a todo o custo, sempre que não corressem perigo a independência, a soberania e a manutenção das colónias; no século XX, uma *beligerância condicionada* (Fraga, 2009) desde que ficassem assegurados os objectivos já referidos.

Como se verifica, existia uma contradição entre participar na OTAN e manter-se como Estado colonial. Só poderia ser dirimida tal situação se a política e a diplomacia portuguesas conseguissem fazer convergir no mesmo sentido os objectivos da OTAN e da sustentação de colónias. A volta foi dada, com algum sucesso interno e aparente aceitação internacional, quando o Governo do Estado Novo fez *desaparecer* a designação de colónias dos territórios até então tidos como tal² e a substituiu por *Províncias Ultramarinas*, tentando gerar uma unidade nacional a partir da ideia de uma Nação multi-continental e pluri-racial.

² Deve recordar-se que, até ao final da 2.^a Guerra Mundial, ainda era comum a referência ao *Império Colonial Português* nos manuais escolares.

Naturalmente, na prática, as colónias continuaram a sê-lo, com moeda própria e cobrança de impostos distinta da do território peninsular e europeu. O embuste político e administrativo era mais do que evidente para qualquer estrangeiro ou nacional que visitasse os territórios chamados de *além-mar*. Esta aparente unidade gerou um aparente estatuto para a luta armada que se iniciou em Angola, no ano de 1961: em vez de se tratar de um conflito anti-colonial passou a poder ser considerado oficialmente como uma guerra de secessão ou mesmo um mero caso de polícia.

Nesta perspectiva, foi possível ao Governo tentar fazer crer que o conflito colonial para além de ser um assunto do foro interno no que tinha de revolta contra a autoridade portuguesa era, no plano internacional, uma forma de continuar a luta contra a expansão da ideologia marxista tão importante como aquela para a qual se tinha criado a OTAN. Este argumento, gerido com habilidade, procurava calar e conter a posição dos EUA e garantir alguma forma de neutralidade por parte da Grã-Bretanha, da França e da República Federal da Alemanha. Mas a tese da necessidade de pôr cobro à existência de territórios coloniais, perfilhada pela Organização da Nações Unidas (ONU), fazia convergir a política externa dos EUA para a da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da República Popular da China: os povos tinham direito a escolher o seu destino, desde que esse *destino* passasse por servir os interesses económicos, estratégicos e ideológicos destas três grandes potências mundiais. Assim, se na Europa não se ia além do plano da *Guerra-fria*, no resto do mundo os conflitos variavam entre a baixa e a média intensidade.

Sobre Angola convergiram, logo no início da luta armada, dois tipos de apoio: o dos EUA e o soviético. Cada um destinava-se a dar credibilidade a dois movimentos de libertação antagónicos: o da União dos Povos de Angola (UPA) e o do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). O primeiro recebia a simpatia de Washington e o segundo de Moscovo. As acções de guerrilha desencadeadas utilizaram armamento muito rudimentar. Com o prosseguimento do conflito sofisticaram-se as armas dos guerrilheiros, em especial as do MPLA.

É nosso objectivo demonstrar que a guerra subversiva levada a cabo nos três teatros de operações — Angola, Guiné e Moçambique — foi passível de se prolongar por treze anos graças à baixa intensidade do conflito e, acima de tudo, à utilização de armamento ligeiro, barato e pouco abundante por parte dos guerrilheiros e não porque tenha havido significativo mérito na condução das operações militares efectivadas pelas Forças Armadas de Portugal, nomeadamente quanto aos gastos bélicos e financeiros.

Para chegarmos à conclusão demonstrativa da veracidade dos factos, iremos desenvolver o nosso raciocínio segundo três segmentos: a fase inicial da guerra, correspondente a um estágio de grande pobreza de meios e de doutrinas; a segunda fase que conduziu o conflito para um patamar em que os meios utilizados evoluíram para o nível mais baixo e barato possível; e, finalmente, um terceiro momento em que o armamento usado pelo adversário subiu para um degrau ao qual começou a tornar-se difícil a resposta a dar pelas Forças Armadas Portuguesas.

1. Uma guerra de pobretanas — 1961

As primeiras acções de guerrilha desenvolvidas pela, então, designada UPA, mais tarde transformada na Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), liderada por Holden Roberto, e, logo de seguida, pelo MPLA, foram levadas a cabo com armas de fogo artesanais — os chamados *canhangulos* — e armas brancas, as catanas. As emboscadas, na ausência de minas anti-pessoal e anti-carro, para travar o andamento das colunas militares e sujeitá-las à flagelação rápida das poucas espingardas usadas pelos guerrilheiros, faziam-se com os, à época, designados *abatizes* — bloqueamento das estradas no mato — conhecidas por *picadas* — com árvores de grande porte, difíceis de remover. Deste modo, a guerrilha, no norte de Angola, usou de muita imaginação, de muita coragem e de paupérrimos meios de ataque.

A resposta portuguesa, embora já há vários anos estivesse aceite e prevista a subversão da ordem nas colónias (Telo, 2000, 30), não havia sido organizada para ser imediata. Tiveram de se enviar reforços para Angola, fardados e equipados ainda sem a necessária adequação ao tipo de operações que se iam desenvolver. O pesado capacete de aço fez parte do uniforme de combate, que não era camuflado e impróprio para as deslocações no mato; o armamento individual ainda era o mesmo que havia sido usado na defesa durante a 2.^a Guerra Mundial; os meios de transporte não tinham nem a potência nem as características próprias para progredirem no terreno. Tudo foi improvisado!

Ao nível político e militar, admitiu-se em Lisboa, que se poderia fazer deslocar para Angola e, depois, em 1963, para a Guiné, material bélico cedido a Portugal para servir aos objectivos da OTAN. Foi um terrível equívoco rapidamente desfeito pela Administração norte-americana: os meios militares da Aliança não deviam sair da metrópole, pois se destinavam exclusivamente a ser usados, quando necessário, no teatro de guerra europeu; a defesa das colónias era um assunto marginal à OTAN e, por

isso, o armamento a empenhar em África teria de ser comprado com verbas do orçamento português (Telo, 2000, 32-33). Esta foi a primeira e grande machadada dada na política militar do Estado Novo. Mas outra se fez sentir no imediato: a total ignorância do modo de fazer a guerra no mato. Para colmatar, parceladamente, esta última, ter-se-ia de usar meios militares que não dependessem da progressão no terreno e, para satisfazer a essa condição, tinha de se contar com a aviação. Ora, também, o equipamento mais sofisticado na recém-criada Força Aérea, cedido pelos EUA, só poderia ser usado no teatro de guerra europeu. Assim, para Angola, aproveitaram-se aeronaves compradas de propósito ou adaptaram-se velhos aviões de treino, do tempo da 2.^a Guerra Mundial, depois de devidamente transformados para adquirirem capacidades militares de combate (Fraga, 2004, 42-48).

Quando os guerrilheiros começaram a usar armamento individual moderno fornecido pela URSS e ou pela China Popular, os soldados portugueses tiveram de ser equipados com uma arma ligeira de superior qualidade à da velha Mauser semi-automática. Foi poucos meses após o começo das hostilidades em 1961.

Se os ataques em Angola tivessem começado com guerrilheiros melhor equipados e melhor treinados em poucos meses teriam atingido objectivos dificilmente recuperáveis pelas Forças Armadas de Portugal. O diferencial entre o treino e o armamento dos guerrilheiros e dos soldados e quadros do Exército era, no começo da guerra, muito pequeno, embora com alguma vantagem para a tropa regular portuguesa. A libertação do Norte de Angola ficou a dever-se à capacidade de improviso do Exército português, à desorganização militar da guerrilha, à pequena vantagem do armamento das forças regulares e, acima de tudo, à total liberdade de utilização do espaço aéreo angolano. O tempo que mediou entre as primeiras acções da guerrilha e a chegada dos reforços militares de Portugal foi bem explorado pelo Governo e pelas Forças Armadas para conseguir uma superioridade que o adversário lhes possibilitou. Afinal, a *estratégia* (Barrento, 2010, 94-110)³ portuguesa assentou exclusivamente na frase, que se tornou slogan, pronunciada por Salazar no discurso político que marcou o início da guerra colonial: *Para Angola, depressa e em força*.

³ Note-se que, ao longo do nosso trabalho, entendemos a estratégia como a arte e a ciência de conduzir superiormente a guerra ou o conflito de modo a conseguir negar ao oponente os objectivos que se propõe alcançar e desenvolver todas as acções de todos os tipos para impor os objectivos que o poder político tem em vistas. Assim sendo, a estratégia, tal como a concebemos, resulta sempre da existência de um conflito — ainda que potencial — de um ou vários objectivos que se antagonizam e de uma vontade que adequa as acções por forma a tornar possível a, no mínimo, paralisar o oponente e, no máximo, derrotá-lo, ou, o mesmo é dizer, fazê-lo desistir do cumprimento dos seus objectivos.

2. Uma guerra de gente remediada — 1963 a 1972

A abertura de hostilidades no território da, hoje, Guiné-Bissau, em 1963 correspondeu a uma pequena viragem qualitativa no modo de fazer a guerra. Na verdade, os guerrilheiros do Partido Para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), ao contrário do que ocorreu em Angola, iniciaram os ataques já armados com material de guerra ligeiro de boa qualidade. Os apoios internacionais recebidos possibilitaram que progressivamente se fossem equipando em condições de fazer frente às Forças Armadas de Portugal, no solo, conseguindo efectuar já não só emboscadas, mas recontros com a duração de largos minutos de intenso fogo. Continuou a valer às tropas regulares portuguesas a supremacia aérea, que passou a contar com alguma oposição em áreas já inexpugnáveis no sul do território onde o PAIGC instalou peças anti-aéreas. A guerra mudava de figura na Guiné até por causa da exiguidade do território que facilitava a entrada e saída de guerrilheiros para os Estados vizinhos, dando uma sensação de maior número de efectivos.

A existência de *santuários* quase inacessíveis ao sobrevoo das aeronaves da Força Aérea correspondia já a uma escalada na guerrilha bem demonstrativa de que a superioridade do material bélico é que determinava a liberdade de acção. De um outro modo se processou essa superioridade nas colónias de Angola e de Moçambique; os *abatizes*, inicialmente usados em Angola, deram lugar à colocação de minas anti-pessoal e anti-carro. O efeito de desgaste inesperado instalou-se rapidamente nas Forças Armadas Portuguesas. Não se tratava só da perda inopinada de vidas, mas, também, da destruição de material caro sem que a guerrilha tivesse de empenhar homens no terreno para provocar maior número de baixas. Estava estabelecido o desequilíbrio que, a longo prazo, ia trazer vantagens para os guerrilheiros.

A não escalada na utilização de material bélico mais sofisticado por parte da guerrilha possibilitou um impasse temporal em que o *diálogo* dialéctico entre as forças empenhadas parecia não trazer vantagens para ambas as partes. Contudo, pontualmente, houve mudanças qualitativas tanto em Angola como em Moçambique. Convirá tentar perceber, no plano estratégico, como a utilização de pequenos *desvios* e *apartes* foram suficientes para fazer julgar que as Forças Armadas estavam a ganhar vantagem ou, pelo contrário, estavam a perdê-la. Vejamos.

Em Angola, aquando do período de impasse, por se ter conseguido o equilíbrio estratégico resultante de um equilíbrio de meios bélicos, abriu-se uma nova frente de

combate, conduzida por uma cisão do MPLA, no Leste. Este facto conduziu à necessidade de dispersar o dispositivo militar, reforçando-o. O aparecimento de um novo movimento de guerrilha – União para a Independência Total de Angola (UNITA) – gerou um aumento de empenhamento militar, porque a frente de actuação se ampliava. Contudo, dada a exiguidade de meios e o oportunismo político desta nova organização, foi possível colocá-la ao serviço dos objectivos das Forças Armadas e pô-la, pelo menos durante algum tempo, a combater contra o MPLA na zona Leste de Angola.

Como se percebe, nenhuma destas alterações mudou a *qualidade* do conflito limitando-se a prolongar-lhe a duração. Dito de outra maneira, o *diálogo* dialéctico não se modificou; simplesmente usou outros *argumentos*. Algo de semelhante ocorreu em Moçambique.

Com efeito, a introdução de um elemento de carácter económico no contexto de guerra na colónia africana oriental — a construção da barragem de Cabora Bassa — determinou que uma nova frente de combate se abrisse na chamada *península* de Tete, levando à deslocação de guerrilheiros do Norte para aquela zona. Na perspectiva da FRELIMO essa acção, não mudando o tipo de armamento até então já usado, dispersava as forças militares portuguesas. Ou seja, o nível dialéctico do conflito não se alterava em *qualidade* mas sim em *quantidade* traduzida pelo número de elementos humanos empenhados. Ora, há que repeti-lo, a *quantidade* obrigava a um desgaste, todavia, só a *qualidade* do diálogo — através dos meios bélicos utilizados — podia decidir o conflito.

No começo da década de setenta do século passado, Portugal mantinha nas três colónias africanas uma quase indiscutível supremacia aérea que limitava bastante a ousadia dos guerrilheiros, mas estava em vias de perder capacidade de movimento terrestre e fluvial na Guiné. Neste território salvava ainda a situação o uso dos Fiats G-91 e dos helicópteros. Em Angola os meios aéreos precisavam de ser substituídos e em Moçambique eram eles que davam grande cobertura às tropas que operavam quer a Norte quer na zona de Tete (Fraga, 2004, 132-133). Assim, sem dúvida, o comedimento estratégico total assentava, por essa época, em três vectores: equilíbrio relativo do material bélico utilizado em terra, embora com ligeira vantagem para os guerrilheiros; parca capacidade de mobilização militar das Forças Armadas Portuguesas, que começaram a ter de empenhar em acções de guerra o contingente resultante do recrutamento negro local; e, finalmente, inferioridade de meios anti-aéreos por parte dos

guerrilheiros. Deste modo, não é estulto dizer que o conflito se arrastou no tempo, dando uma falsa ideia de grande capacidade de resistência das Forças Armadas Portuguesas, porque faltaram meios anti-aéreos modernos e apropriados ao tipo de guerra feito pelos guerrilheiros. Daqui a concluir-se que os Portugueses souberam operar com grande economia de meios financeiros e materiais vai a distância de quem se limita a fazer uma leitura do conflito sem perspectiva dialéctica. E a prova desse facto ocorre no decurso do ano de 1973.

3. Uma guerra para ricos — 1973

Estava-se em Março quando, foi relatado por pilotos da Força Aérea, no teatro de operações da Guiné, o aparecimento de uma nova arma anti-aérea: o míssil terra-ar conhecido pela designação de *Strella* ou SAM-7, de fabrico soviético. Quase logo de imediato foram abatidas várias aeronaves, obrigando à tomada de medidas e precauções até então nunca usadas. A Força Aérea Portuguesa estava inexoravelmente ameaçada na liberdade de voo, mesmo que relativa, de que tinha usado até então. Ao mesmo tempo, constou que o PAIGC se iria dotar, dentro de muito pouco tempo, com caças *Mig* (Fraga, 2004, 35-36; 111-113). Tinham já sido referenciados carros de combate, operados por guerrilheiros, em algumas zonas da Guiné. Naquela frente, a guerra tinha subido um patamar que dificilmente poderia ser acompanhado pelo esforço militar português. No *diálogo* estratégico, sem grande margem para dúvida, quem *falava*, agora, mais alto era a guerrilha. As Forças Armadas de Portugal teriam — com maior ou menor rapidez, dependente da generalização do novo armamento — de passar à posição defensiva cada vez mais acentuada.

Em face do quadro estratégico reformulado na Guiné, este seria, por certo, o primeiro território a conseguir levar à derrota declarada as Forças Armadas de Portugal. De Abril de 1973 para a frente passar-se-ia a fazer uma contagem decrescente que acabaria com a imobilização do aparelho militar português na cidade de Bissau e o aprisionamento de muitas das guarnições dos aquartelamentos existentes pelo território onde ainda eram possíveis as deslocações terrestres. Se na Guiné ocorresse uma derrota militar, no plano mais alto de toda a estratégia portuguesa ir-se-ia redefinir um novo quadro nas duas colónias restantes, porque os movimentos de libertação passariam a tentar apoios internacionais de forma a conseguirem fazer subir o patamar da guerra através da limitação de voo dos meios aéreos militares e do massacre constante dos

aquartelamentos do Exército. E não se estava, no ano de 1973, tão longe dessa realidade quanto se pensava!

Com efeito, em Moçambique, como consequência de uma tentativa que, em muito, foi ao arrepio do modo de fazer a guerra subversiva — referimo-nos à operação *Nó Górdio* superiormente concebida e comandada pelo general Kaúlza de Arriaga — houve, por parte da FRELIMO, uma deslocação de forças militares para a região de Tete com sucessivo avanço sobre o eixo central que ligava à cidade da Beira. Esta manobra, ainda que mantendo-se contida dentro do tipo de armamento usado pela guerrilha, teve um alcance estratégico que foi muito para lá do esperado, dado que possibilitou, no começo da segunda metade do ano de 1973, o início da subversão na zona da Gorongosa, a cerca de cem quilómetros do porto da Beira. Acresce que este movimento foi acompanhado, em Janeiro de 1974, com a introdução do míssil terra-ar SAM-7 na região norte de Moçambique, dando origem ao abate de um avião de transportes da Força Aérea na aproximação ao aeródromo de Mueda (Fraga, 2004, 137). Mas um novo artefacto de guerra começou a ser usado pela guerrilha naquele planalto flagelando as guarnições dos quartelamentos ali situadas: os foguetões de 122 mm, também conhecidos por *órgãos de Stalin*. A guerra, sem sombra de dúvida, estava a subir para um patamar que ultrapassava as capacidades materiais e financeiras de Portugal. E isso era tão mais notável quanto o isolamento e boicote internacionais se faziam sentir nos corredores do Poder, em Lisboa.

A situação em Angola, ainda que se receassem alterações ao nível do material bélico usado pelo MPLA, não era tão significativamente visível nos meios militares, porque os desentendimentos entre movimentos separatistas camuflavam e limitavam as possibilidades de fazer a guerra subir para um patamar cuja resposta dialéctica se tornasse quase impossível de dar por parte das Forças Armadas Portuguesas. Havia, no final de 1973 e começo de 1974, um quase clima de paz em todo o território de Angola, só cortado em zonas muito precisas. Esse facto foi um dos motivos por que, ainda hoje, se dividem as opiniões dos militares portugueses quanto à capacidade de manutenção da continuidade da guerra.

Curiosamente, a resposta a esta divergência de pareceres nos meios militares portugueses é-nos dada agora de forma indirecta, mas que, todavia, se tornou bem evidente e perceptível para todos quantos queiram olhar de modo abrangente para a guerra colonial nos seus três teatros de operações. Com efeito, em Julho de 1973, em Bissau, teve início, a par do que já se fazia em Lisboa, a conspiração para derrube do

regime político português (Clemente, 2014) (Clemente, 2009). O mesmo ocorreu, um pouco mais tarde, em Nampula onde se situava o comando-chefe da Região Militar de Moçambique (Afonso, 2009).

A posse e uso dos melhores artefactos bélicos definiam a vantagem estratégica dos guerrilheiros sobre umas Forças Armadas dependentes do isolamento político a que estava votado o Governo português. A superioridade inicial das Forças Armadas rapidamente foi ultrapassada sem, contudo, ser suficientemente grande, possibilitando arrastar o conflito por cerca de dez anos sem definição de tendência de vitória e derrota entre contendores. Bastou, um ano e a introdução de material bélico de capacidades superiores às das Forças Armadas de Portugal para que se verificasse a inversão favorável à guerrilha. A longa duração da paridade estratégica entre os lados em combate gerou uma ilusão nos corredores do Poder, em Portugal: a guerra podia *eternizar-se*. Nada mais falso, como se provou em poucos meses de escalada armamentista por parte da guerrilha.

Conclusão

Depois de nos termos debruçado sobre os três momentos que, segundo a nossa opinião, definiram, de um modo geral, a guerra em África, podemos tentar extrair algumas conclusões. Disso nos ocuparemos de seguida.

John P. Cann ainda no final dos anos noventa do século passado, depois de uma exaustiva investigação sobre a condução da guerra nas colónias portuguesas, publicou o resultado desse trabalho, que foi traduzido em português com o título *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra (1961-1964)* (Cann, 1998).

Na primeira edição do livro, no capítulo final afirma, a dado passo: «Portugal soube desde o início que ia combater uma longa guerra e, portanto, teria de combater bem e barato, de modo a conseguir sustentar o conflito.» (Cann, 1998, 245) O autor engana-se e engana os leitores, porque se deixou enganar durante a investigação. Como tentámos demonstrar nesta exposição, nunca esteve nas mãos do Governo de Portugal ou na das Forças Armadas a possibilidade de definir os contornos, quanto mais todo o cenário de guerra, do conflito iniciado em 1961, em Angola. A iniciativa foi sempre alheia a Portugal; ela pertenceu aos movimentos de libertação os quais, por seu turno, dependeram do curso que as potências interessadas quiseram dar à guerra, de acordo

com a evolução do grande conflito que opunha o Bloco de Leste ao Ocidente. Afirmar o contrário é não conceber a guerra como um confronto dialéctico de vontades. E a guerra colonial portuguesa foi um conflito dialéctico de vontades, primeiro entre os combatentes e, depois, entre as potências mundiais apoiantes dos lados em confronto.

Não houve um modo português de fazer a guerra! Portugal fez a guerra dentro dos limites e dos condicionalismos que lhe foram impostos, em primeiro lugar, pela guerrilha e, depois, pela conjuntura internacional. Esta é uma afirmação que ainda hoje não é bem aceite por muitos dos que estiveram empenhados no conflito com cargos de média ou alta responsabilidade.

Aceitar o nosso ponto de vista não é indecoroso para as Forças Armadas de Portugal! Pelo contrário, julgamos que é ser capaz de entender em toda a sua amplitude a dialéctica que fundamenta qualquer estratégia em qualquer conflito.

É evidente que houve uma sábia e cautelosa forma de rentabilizar os recursos humanos e materiais de que Portugal dispunha, mas o mesmo se pode dizer dos movimentos de libertação opositores do Governo português. Podia-se ter evitado a guerra, mesmo que de baixa intensidade, vivida durante treze anos. Essa foi, quase pela certa, a visão estratégica dos oficiais que participaram na Abrilada de 1961 (Valença, s.d., 42). Podia, nessa altura, dizer-se com toda a propriedade que a guerra não é barata!

Será possível tirar-se lições de uma guerra que durou treze anos? É, mas não só estudando-a do ponto de vista português; é necessário fazê-lo, também, segundo as perspectivas dos diferentes movimentos de libertação, pois só desse modo se compreende a dialéctica desenvolvida durante o conflito. As adaptações de natureza orgânica, táctica e comportamental estão no plano de resposta ao *diálogo* dialéctico, mas não definem, por si só um modo de fazer a guerra e, muito menos, o custo desta.

A guerra foi economicamente *possível*, porque as condições do inimigo não eram mais elevadas do que as nacionais; a guerra foi de baixa intensidade, porque o inimigo não a levantou em quase todo o tempo que durou; a guerra foi longa, porque o inimigo não teve possibilidades materiais de a tornar mais curta através do emprego de armamento mais sofisticado.

Julgo ter reunido os argumentos que invalidam análises distantes de um olhar simultaneamente histórico, político e estratégico.

Universidade Autónoma de Lisboa

Julho de 2014

Bibliografia

- AFONSO, Aniceto (2009) — *O Meu Avô Africano*. Alfragide: Casa das Letras.
- BARRENTO, António (2010) — *Da Estratégia*. Lisboa: Tribuna da História.
- CANN, John P. (1998) — *Contra-Insurreição em África: O Modo Português de Fazer a Guerra (1961-1964)*. 1.^a ed. São Pedro do Estoril: Atena.
- CLEMENTE, Manuel Duran (2014) — *Descolonização – A Guiné, o 25 de Abril e o reconhecimento da sua independência*. [em linha]. [consult. em 12Jun2014]. http://www.aofa.pt/artigos/Duran_Clemente_Descolonizacao_Guine_25_Abril.pdf.
- CLEMENTE, Manuel Duran (2009) — Início do Movimento dos Capitães. In Movimento dos Capitães — Guiné, Base de Dados Históricas, Do Movimento dos Capitães ao MFA. *Associação 25 de Abril*. [em linha]. [Consult. em 12Jun2014]. <http://www.25abril.org/a25abril/>.
- FRAGA, Luís Alves de (2009) — *A Beligerância Portuguesa no Século XX: Constantes e Motivações*. Coimbra: Separata da Revista de História das Ideias, vol. 30, Faculdade de Letras.
- FRAGA, Luís Alves de (2004) — *A Força Aérea na Guerra em África: Angola, Guiné e Moçambique: 1971 – 1974*. Lisboa: Prefácio.
- FRAGA, Luís Alves de (2010) — *Do Intervencionismo ao Sidonismo: Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.^a República: 1916 – 1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FRAGA, Luís Alves de (2012) — *O Fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914 a 1916*. 2.^a ed. Lisboa: EDIUAL.
- FRAGA, Luís Alves de (1992) — *Portugal e os Conflitos do Século XIX: Problemática de uma Neutralidade*. Lisboa: Separata das Actas do III Colóquio: Portugal e a Europa — Séc. XVIII a XX.
- FRAGA, Luís Alves; SAMARA, Maria Alice (2014) — *João Pereira Bastos: O Sonho de um Exército Republicano*. Lisboa: Assembleia da República.
- TELO, António José (2000) — A Mudança: 1959. In Aniceto; Gomes, Carlos de Matos — *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.
- TELO, António José (2000) — Política de Defesa: A Viragem. In Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos de Matos — *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.

VALENÇA, Cor. Fernando (s.d.) — *As Forças Armadas e as Crises Nacionais: A
Abrilada de 1961*. Lisboa: Publicações Europa-América.